



Anais da Assembléia

N.º 108

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 22 DE OUTUBRO DE 1984

ANO X

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA

ATA DA 99.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 22 DE OUTUBRO DE 1984.

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Trajano Bastos, secretariada pelos Senhores Deputados Márcio Almeida e Francisco Escorsin.

À Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Annibelli, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Guibert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Léonidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odêni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quiêlse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte, e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - procede a leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) Está em votação a ata que acaba de ser lida. Aprovada.

A Mesa anuncia com satisfação a presença dos alunos da Escola Estadual Rocha Pombo, de Antonina, que se fazem acompanhar das Professoras Maria Clér Schliesing e Regina Maria Peixoto.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei n.º 227/84, que denomina Escla Professora Terezinha G. Luppi, no Município de Paissandu.

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 1984.

(a) BASÍLIO ZANUSSO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, com base no Regimento Interno, regime de urgência para a tramitação do Projeto de Lei n.º 214/84, que autoriza o Poder Executivo a doar bens apreendidos pela Secretaria das Finanças a entidades beneficentes.

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 1984.

(a) TRAJANO BASTOS.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 246/84, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Doutor HERÁCLITO FONTOURA SOBRAL PINTO.

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 1984.

(a) FIORI LUIZ.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja colocado na Ordem do Dia, o Projeto de Lei que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor ANTONIO DE CAMPOS TAPAJÓS.

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 1984.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos um voto de profundo pesar pelo falecimento do cidadão Otávio Dana, ocorrido em trágico acidente em Avaré, São Paulo. O extinto além de funcionário da Maracaju Veículos há mais de 20 anos, formava uma das mais famosas duplas de palhaços do Paraná, atuando sob o mesmo nome de Castelinho, ao lado de Ricardo Queirolo, o Picolino.

Há duas décadas, tinha uma profunda dedicação com as crianças, que com ele se divertiam através de programas semanais na televisão ou de espetáculos públicos.

Sua morte causou grande consternação

no Norte do Paraná.

Que seja dado conhecimento à família enlutada desta manifestação, através da diretoria da Maracaju Veículos, na Avenida Tiradentes, em Londrina.

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 1984.

(a) ANTONIO BELINATI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Giuseppe Di Chiara.

O extinto era pessoa muito estimada no Norte do Paraná, deixando um vasto número de amigos.

Dedicava-se à organização sindical dos setores ligados à hotelaria, bares, restaurantes, lanchonetes e similares e, sua morte causou grande consternação em todos aqueles que tiveram o privilégio de conhecê-lo e dele desfrutar do convívio.

Que seja dado conhecimento à família enlutada desta manifestação, através do Nóbile Hotel, na Praça Getúlio Vargas, em Londrina.

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 1984.

(a) ANTONIO BELINATI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos realizados na tarde de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Manoel Nogueira e da Senhora Camélia Novato Nogueira, ocorrido no quilômetro 166 da R-276 (entre Presidente Prudente e Campo Grande), ambos pioneiros na Municipalidade de Campo Mourão.

Na manhã da última quinta-feira, um trágico acidente automobilístico ceifou a vida do casal Nogueira. Tal acontecimento enlutou como deixou transtornada a comunidade de Campo Mourão, onde o casal era por demais conhecido. Não somente conhecido como tinha o respeito daquela população.

O Senhor Manoel Nogueira tinha 65 anos de idade, a Senhora Camélia Novato tinha 62. Grande parte de suas respectivas vidas foram dedicadas ao progresso de Campo Mourão, pois foi nesta cidade que estabeleceram suas atividades comerciais, creditando desde então no potencial lá existente.

Torna-se também oportuno recordar que, recentemente, quando Campo Mourão comemorava 37 anos de sua emancipação político-administrativa, era registrado nos Anais deste Poder Legislativo, através de minha

iniciativa, o agradecimento assim como o reconhecimento à ação desbravadora dos seus primeiros habitantes, que, como o espírito empreendedor construíram os primeiros pilares ou sustentáculos daquela cidade para o seu efetivo desenvolvimento. Dentre os que aqui chegaram, destaca-se a presença do casal Nogueira, que rapidamente, pelo dinamismo que lhes era característico, enraizaram-se em Campo Mourão, dando a essa mesma comunidade diversos exemplos positivos, como além de sua vontade incansável de trabalho, sua honradez e inteligência.

Neste sentido, cumpre-me através deste Regimento, solicitar o registro nos Anais desta Casa, o trágico desaparecimento do Senhor Manoel Nogueira e da Senhora Camélia Novato Nogueira, cuja história de Campo Mourão reserva-lhes desde agora, grande espaço, onde residiam há mais de trinta anos.

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 1984.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado um voto de pesar pelo falecimento da Senhora Olívia Brunkforst, de Santa Izabel do Oeste, ocorrido no dia 09 do mês em curso. Deixou viúvo o Senhor Rodolfo Brunkforst e filhos, o Senhor Ademar Brunkforst e Senhora Diva Brunkforst Kegler, esta esposa do Senhor Orlando Elimar Kegler, Prefeito Municipal de Planalto.

Requer, outrossim, seja dada ciência do teor deste, à família enlutada.

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 1984.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, consignação em ata da sessão de hoje de um voto de profundo pesar pelo falecimento prematuro, ocorrido dia 20 próximo passado, em Clevelândia, do Doutor Lorenir Luiz Busato, com apenas 48 anos de idade, deixando viúva a Senhora Maria Carmem e três filhos menores.

O extinto era advogado militante dos mais conceituados, não só em Clevelândia, como em toda a região.

Com o seu desaparecimento, perde Clevelândia, a região e o Paraná um profissional sério, que sempre primou pela ordem e justiça.

Requeiro ainda, que a decisão augusta Casa de Leis, seja dado conhecimento à família enlutada.

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 1984.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

Apoio: Luiz Alberto Oliveira.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserto nos Anais da sessão plenária de hoje, voto de congratulações ao Senhor MAURO EDSON ALVES DE SOUZA pela sua eleição como Presidente da Casa do Estudante Universitário Pontagrossense.

Requeiro, outrossim, seja extensivo o referido voto de congratulações aos demais membros componentes da Diretoria.

Sala das Sessões, em 22/10/84.

(a) DONATO GULIN.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de voto de congratulações ao presidente eleito FERNANDO MAGALHÃES, do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal do Paraná.

Sala das Sessões, em 22/10/84.

(a) SÉRGIO SPADA.

JUSTIFICATIVA:

O processo de lutas da juventude universitária teve sua expressão na renovação da diretoria do DCE da Universidade Federal do Paraná. Rico em manifestações de idéias e práticas políticas, o pleito contou com a participação de quatro chapas, tendo sido sagrada amplamente vitoriosa a chapa LIVREMENTE.

Com conteúdo independente, a diretoria eleita assume o compromisso de luta pelo ensino público gratuito, contra a fundação, ao lado do empenho pela retomada da sede histórica da entidade. Na questão nacional, pronunciou-se claramente em repúdio e pelo fim do regime militar, por diretas já e contra o continuísmo. Um programa que, no fundamental, trilha a mesma trajetória de combatividade do movimento popular e democrático brasileiro, merecendo, portanto, a confiança de toda a juventude universitária.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos realizados na sessão da tarde de hoje, votos de congratulações à Coagel-Cooperativa Agropecuária de Goioerê Limitada pela decisão em Assembléia Geral, da construção de uma indústria de fiação de algodão na Municipalidade de Goioerê, com conseqüente encaminhamento ao seu Presidente, Ilus-

tríssimo Senhor Doutor Ignácio Mammanna Neto.

Recentemente, um grande número de associados daquela importante Cooperativa, manifestou unanimemente sua posição pela implantação de uma indústria de fiação na sede daquele organismo de associados, Goioerê.

Fora de qualquer dúvida que o posicionamento tirado naquela Assembléia trata-se de um ato histórico para aquela rica e próspera região produtora de diversos cultivos agrícolas. Reflete primeiramente tal posição, o trabalho sério e voltado para os verdadeiros interesses que norteiam os princípios cooperativistas, desenvolvido pelo conjunto de sua Diretoria, liberado pelo seu Presidente Doutor Ignácio Mammanna Neto; segundo pelo fato da indispensável disposição dos cooperadores em torno do crescimento de tal organização.

Para o Município de Goioerê, o fato de que vai ser construída uma indústria de fiação de algodão, representará antes de tudo, a abertura de um caminho capaz de levar aquele município situado na região Centro-Oeste do Estado do Paraná, a sua tal sonhada industrialização, como forma de gerar benefícios sociais, como o emprego, riquezas das mais diversas como a circulação de dinheiro, e, principalmente desafogar em parte a difícil situação financeira por que passa a Administração Municipal, fruto especialmente da atual estrutura tributária ora em vigor.

Portanto o registro nos Anais deste Poder Legislativo referente à Coagel, se faz necessário tendo em vista que, há alguns anos atrás aquela Cooperativa passava por uma difícil situação financeira (sendo que as dívidas contraídas na época eram tão grandes que o próprio patrimônio era insuficiente para saldar o montante de tais débitos); e graças à uma nova fase na direção da Coagel, é que foi possível que a mesma iniciasse um verdadeiro ciclo desenvolvimentista, colocando-a nos dias de hoje, como uma das mais importantes cooperativas existentes não somente no âmbito estadual como a nível de Brasil.

Sala das Sessões, em 22/10/84.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado voto de congratulações ao jornalista NILSON MONTEIRO, da "Folha de Londrina", pela conquista do prêmio de melhor cobertura jornalística da 8.ª Bienal Internacional do Livro, realizada em São Paulo, de 16 a 26 de agosto deste anos.

Segundo a comissão julgadora designada

pela Câmara Brasileira do Livro, promotora do evento, o trabalho de NILSO MONTEIRO, editor da "Folha de Londrina", foi considerado a melhor cobertura jornalística da 8.^a Bienal Internacional do Livro, na categoria "jornais". O prêmio, de acordo com a Câmara Brasileira do Livro, contempla os órgãos de divulgação que se destacam pela criatividade, critérios e abrangência da cobertura jornalística da Bienal.

O trabalho de NILSON MONTEIRO foi composto pelo relato dos onze dias da realização da Bienal e por oito entrevistas com personagens do evento.

Há que se destacar ainda que o jornalista NILSON MONTEIRO recebera, na 7.^a Bienal Internacional do Livro, realizada ano passado, menção honrosa no concurso "Jornalista e Escritor Monteiro Lobato, pela cobertura àquele evento.

Sala das Sessões, em 22/10/84.

(a) FIORI LUIZ.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o registro em ata da presente sessão, de "Voto de Regozijo" e o envio de cumprimentos à Direção da Cooperativa Central de Laticínios do Paraná Ltda., com sede no Distrito de Carambei, Município de Castro, na pessoa do seu Diretor Presidente, Senhor Willen de Geus, e de mais integrantes, pela passagem dos 30 anos de existência daquela conceituada empresa de nosso Estado, comemorada a 18 do fluente, ocasião em que foi inaugurada a sua nova unidade processadora de iogurtes e semi-fluídos.

Desta decisão, REQUER, ainda, seja dado ciência àquela Direção, no seguinte endereço: Av. dos Pioneiros, 2822 - Carambei - Castro-PR.

Sala das Sessões, em 22/10/84.

(a) ODENI MONGRUEL.

REQUERIMENTO

SÚMULA:

REQUER envio de ofício ao Poder Executivo, solicitando o encaminhamento de cópias dos Cadastros Financeiros de cada projeto e atividade de cada um dos órgãos do Governo do Estado.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER, seja encaminhado ofício ao Senhor Secretário Chefe da Casa Civil, solicitando as providências necessárias para que o SEPL encaminhe cópias dos documentos denominados "CADASTROS FINANCEIROS" de todos os Projetos e Ativi-

dades de cada um dos órgãos da Administração Direta e Indireta, referente ao exercício de 1985.

Sala das Sessões, em 22/10/84.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA.

Líder do PDS.

JUSTIFICATIVA:

I - Os orçamentos de cada um dos órgãos da administração estadual, são consolidados com base nas informações contidas nos "CADASTROS FINANCEIROS", os quais contêm informações mais detalhadas sobre o destino que será dado aos recursos públicos durante a execução da despesa.

II - As informações contidas na Lei de Meios, são muito agregadas e descem somente ao nível de subelemento de despesa. Assim, à luz das informações contidas nos "CADASTROS FINANCEIROS", será possível uma apreciação mais técnica e detalhada do orçamento de 85, ora em análise nesta Casa.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso das suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja encaminhado expediente à Secretaria de Estado da Administração, solicitando a construção de muro e calçada na Escola Estadual de Palmitópolis, Distrito de Nova Aurora.

Sala das Sessões, em 22/10/84.

(a) MÁRIO PEREIRA.

JUSTIFICATIVA:

A construção de muro e calçada na Escola Estadual de Palmitópolis é imperativo para a maior segurança dos escolares e professores, proporcionando também melhores condições de funcionamento do estabelecimento, além de resguardar o patrimônio público estadual.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social no sentido da construção de um posto de saúde no Distrito Administrativo Bela Vista do Piquiri, pertencente à Municipalidade de Campina da Lagoa.

A comunidade de um modo em geral, mas notadamente a de menor poder aquisitivo, está atualmente desprovida de uma verdadeira assistência médica, especialmente a de caráter preventivo. Tal situação tem feito com que a comunidade organizadamente esteja a reivindicar a implantação de um posto de saúde, única forma de eliminar os problemas ora verificados ante a ine-

xistência do mesmo.

Ademais, por outro lado a Administração Municipal de Campina da Lagoa, mesmo reconhecendo a importância incontestável de tal benefício para o setor de saúde daquela localidade, não dispõe de recursos orçamentários suficientes e capazes de assegurarem para a sua efetiva concretização.

Diante da exposição de motivos, espera-se dessa Secretaria de Estado da Saúde e Bem-Estar Social a necessária avaliação em torno do que é reivindicado, em face da importância manifestada pelo conjunto da comunidade daquele progressista Distrito de Bela Vista do Piquiri.

Sala das Sessões, em 22/10/84.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de expediente aos Excelentíssimos Senhores Secretário de Estado do Interior e Diretor Presidente da SANEPAR, em que solicita implantação urgente de rede de água nos núcleos habitacionais II e III do Parque Morumbi, em Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 22/10/84.

(a) SÉRGIO SPADA.

JUSTIFICATIVA:

A mobilização dos moradores iguaçuenses, através de suas associações de bairro, tem oportunizado a articulação de um conjunto de reivindicações por melhoria da vida.

E reunidos em assembléia geral, os moradores dos núcleos habitacionais II e III do Parque Marumbi de Foz do Iguaçu resolveram reiterar o apelo no sentido da implantação imediata de rede de água a quinhentos novos consumidores, conforme encaminha a este gabinete o vereador iguaçuense Antônio das Graças.

Dada a justeza da reivindicação, solicitamos à Secretaria de Estado do Interior e à vinculada SANEPAR providências para o atendimento, em que pesem as disposições restritivas da Resolução 831, do Banco Central.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de expediente aos Excelentíssimos Senhores Secretários de Estado do Interior e Diretor Presidente da SANEPAR, em que solicita a implantação de rede de água no Bairro Porto Belo, em Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 22/10/84.

(a) SÉRGIO SPADA.

JUSTIFICATIVA:

A pugna pela melhora das condições de vida das populações assume crescentemente novas dimensões de consciência sobre os problemas que atingem os trabalhadores como um todo.

A Associação de Bairro do Porto Belo, em audiência com os moradores que representa, resolveram reivindicar ao governo estadual providências no sentido da obtenção da rede de água no bairro, conforme ata que enviou a este Gabinete Parlamentar o próprio Diretório Municipal do PMDB de Foz do Iguaçu.

Assim, requeremos da Secretaria de Estado do Interior e de sua vinculada SANEPAR imediatas medidas de atendimento ao reivindicado, em que pesem as restrições impostas pela Resolução 831, do Banco Central.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de expediente a Excelentíssima Senhora GILDA POLI ROCHA LOURES, Secretária de Estado da Educação, em que solicita estudos de viabilidade sobre a expansão do ensino de segundo grau nos locais que especifica.

Sala das Sessões em 22/10/84.

(a) SÉRGIO SPADA.

JUSTIFICATIVA:

Considerando o fato de a Secretaria de Estado da Educação ter bloqueado a expansão do ensino de segundo grau durante o ano de 1984, é natural que cresçam as pressões sociais e políticas pela retomada do crescimento no setor.

Neste sentido, chegam a este Gabinete Parlamentar os seguintes requerimentos de implantação de escolas estaduais de segundo grau, como seguem:

1. Em Santa Terezinha de Itaipu;
2. Em Braganey; e
3. Nos Distritos de São Jorge, Aurora do Iguaçu e Aparecidinha, todos de São Miguel do Iguaçu.

Sobre os requisitos necessários, a Secretaria de Estado da Educação já informou em seu ofício 2643/83, de 16/10/84. Cumpre, agora, apreciar centralizadamente caso a caso.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais da Assembléia, de artigo do comenta-

rista José Wanderley Dias, publicado na edição de 21 de outubro deste ano no jornal "Gazeta do Povo", sob o título: "A Estréia do Ódio", na coluna A Vista do Meu Ponto.

REQUER, outrossim, seja dada ciência do teor deste ao mesmo, e do Dr. Ivo Arzua.

Sala das Sessões, em 22/10/84.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA
Líder do PDS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, seja transcrito nos Anais desta Assembléia Legislativa, o editorial "ITAUPU, GRANDE OBRA, GRANDE DÍVIDA", publicado pelo jornal "Gazeta do Povo", do dia 22.10.84, dando-se ciência deste requerimento ao Dietor do referido diário.

Sala das Sessões, em 22/10/84.

(a) CAÍTO QUINTANA.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 278/84
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Artigo 1.º - Fica instituído o regime de 6 (seis) horas diárias de trabalho a todos os funcionários do Governo do Estado do Paraná:

§ único: - Ficam ressalvadas as condições especiais de trabalho, cujo horário é regulado por legislação específica;

Artigo 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22/10/84.

(a) TERCIO ALBUQUERQUE.

JUSTIFICATIVA:

Paulatinamente, as mais diferentes categorias profissionais têm conseguido avanços na melhoria de suas condições de trabalho, quer pelo conjunto de normas e leis que regulam a sua segurança, quer pela prevenção da saúde dos seus componentes, ao longo do tempo, instituindo-se uma ramificação da assistência médico-hospitalar cada vez mais complexa e tecnologicamente aperfeiçoada, aliando-se a conquistas no setor de atendimento social, através da criação de creches, auxílio-alimentação, atendimento odontológico, etc..

Mas, antes de tudo, tem sido importante os ganhos no campo da redução da jornada

de trabalho, o que possibilita a que as pessoas dediquem mais tempo às suas atividades de convívio familiar e aproximação do aperfeiçoamento intelectual, cabendo saliência, antes de qualquer análise, à conseqüente ampliação da expectativa de vida humana.

Particularmente, no caso dos funcionários públicos, deve-se considerar a evidente e desgastante pressão recair sobre a classe, em função do tipo de atividade desenvolvida, com grande responsabilidade no embasamento dos rumos que tomam os poderes constituídos, na condução dos aspectos econômicos, sociais e políticos do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Antônio Belinati, inscrito.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É para manifestar desta tribuna integral apoio ao movimento que os hospitais de Londrina estão realizando, através do Sr. Itaicy Wagner Mendonça, Presidente da Associação dos Hospitais, Clínicas e Casas de Saúde do Norte do Paraná.

A Previdência Social está tratando com profundo descaso os Hospitais do Norte do Paraná, assim é que até agora as contas hospitalares do mês de agosto não foram pagas pela Previdência Social e de acordo com o telex que recebemos do Sr. Itaicy Wagner de Mendonça, ele dá conta de que a Previdência Social não pagou as contas de julho, de agosto e dos meses subseqüentes e no que se refere às cotas de internamento, os hospitais de Londrina se mantiveram sempre dentro do quantitativo acertado, conforme relação de cotas no poder daquela autoridade e devidamente assinada pelo serviço de medicina social.

Os hospitais, pela ausência de recursos materiais e até mesmo humanos, não têm mais condições de suportar os atendimentos de pacientes vinculados ao INAMPS que demandam internamento.

Nestas condições, informam que decidiram aguardar até hoje, para que os valores relativos ao item estejam creditados em suas contas bancárias indicadas, após esta data, lamentavelmente, não terão como continuar o atendimento de pacientes que demandem internamento dos hospitais.

Vergonhosamente, a Previdência Social, numa hora de crise, numa hora de inflação, está pagando por exemplo, por um doente internado em Londrina, uma diária de cinco mil cruzeiros, que hoje não chega representar sequer a gorjeta cobrada pelos carregadores de malas dos hotéis quatro estrelas do Brasil.

O hospital com uma diária de cinco mil cruzeiros, tem que dar a cama, comida, remédios e assistência durante vinte e quatro horas por dia.

Por isso, os hospitais estão à beira da falência, à beira da insolvência e queremos erguer a nossa voz da tribuna desta Casa de Leis, apelando ao Ministro Jarbas Passarinho, no sentido de que tenha maior respeito, maior consideração com as casas hospitalares do Paraná.

Será muito triste, muito doído, se os hospitais tiverem que chegar ao ponto de cancelar, de suspender o atendimento daquele trabalhador sacrificado, daquele que já ganha pouco e que muitas vezes não tem dinheiro nem mesmo para comprar de remédio e se ele não tiver mais o hospital onde possa se internar, será o caos, será a calamidade em nosso Paraná.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o nosso apoio aos hospitais, para que em momento algum, tenha que se transferir a consequência dessa negligência, dessa falta de respeito do nosso Governo, para o nosso trabalhador previdenciário.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Concedo a palavra ao próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Jorge Maia Filho.

O SR. JORGE MAIA FILHO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Mais uma vez ocupamos a tribuna nesta Assembléia Legislativa, para denunciar o descaso e a discriminação com que o Governo José Richa tem atuado neste ano e meio, com a Cidade de Apucarana.

Nós já por esta tribuna, viemos denunciar, que já por duas vezes esteve o Sr. Governador naquela cidade e, cada vez em que lá esteve, teve a dessensatez de tirar órgãos que existem na realidade, na Cidade de Apucarana. Houve a retirada regional da BANESTADO, daquela cidade; houve a discriminação total na distribuição de sementes para o replantio de feijão, para o Vale do Ivaí. Todas as cidades foram incluídas, menos a Cidade de Apucarana, que é na realidade a cidade-sede do Vale do Ivaí.

E é com tristeza que hoje voltamos a esta tribuna, a dizer que mais uma vez, a Cidade de Apucarana está sendo discriminada pelo Governo participativo do PMDB do Paraná.

Temos instalada naquela cidade, desde o ano de 1955, o Colégio Agrícola Manoel Ribas, Colégio este que sempre foi um exemplo dos colégios agrícolas do Paraná; pela boa formação dos seus alunos que ali cursavam. Colégio que desde 1955 foi aquinhado por todos os recursos necessários,

para que ele tivesse um bom funcionamento e é com tristeza, é com pesar, que vemos hoje pela imprensa da minha cidade, a ameaça do Senhor Prefeito, que é também do PMDB, em tirar o terreno onde funciona o Colégio Agrícola; pelo descaso com que o Governo tem tratado aquele estabelecimento de ensino de curso profissionalizante.

Virou o Colégio Agrícola Manoel Ribas, de Apucarana, num total abandono, onde em toda extensão do seu terreno rural, temos apenas um amontoado de erosões; temos apenas duas ou três máquinas fora de uso; temos apenas alguns pés de café, que já deveriam ser erradicados. E isto tudo está levando o Colégio a, inclusive, fechar as suas portas, porque ele desmotiva a sua razão de ser, que é a formação do curso profissionalizante do técnico agrícola.

É lamentável que exista até por parte da Prefeitura Municipal daquela cidade, a ameaça de retirar o terreno deste colégio, caso a Secretaria da Educação não venha a fazer os convênios necessários que têm que ser feitos e que não foram feitos até hoje, estando no final do ano letivo.

Venho aqui também cobrar de público uma promessa feita pela Senhor Osmar Dias, Presidente da CAFE do Paraná, quando esteve na reunião microrregional, na Cidade de Cambira, de que Apucarana teria um entreposto da CAFE do Paraná para melhor atender os seus agricultores que lá residem no Município. Tudo não passou do que passa neste Governo: apenas promessas. Tudo não passou em fatos ilusórios, com que o Governo está levando o povo paranaense.

É lamentável, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que eu não possa uma vez sequer subir a esta tribuna e elogiar o Senhor Governador por algo que tenha feito por aquela cidade, que é uma cidade pólo; é uma cidade que em sua estrutura se compõe numa das cidades de médio porte do Paraná. Fica aqui, mais uma vez, o meu protesto ao Senhor Governador do Estado, ao Governo do PMDB, para que vire seus olhos para a cidade de Apucarana e não as suas costas.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Não havendo mais oradores inscritos no Pequeno Expediente, no Grande Expediente concedo a palavra ao Senhor Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO - Senhor Presidente, Senhores e Senhoras Deputados. (Lê):

"A vida do Parlamentar que efetivamente luta, no seu dia a dia, pelo progresso da terra e da gente deste grande Estado, é repleta de momentos de frustrações e de vitórias, tanto maiores quando se sabe que

desses momentos dependem milhares de paranaenses.

E, sob este ponto de vista, temos tido a satisfação de, durante o atual Governo Estadual, vermos atendidas muitas das antigas reivindicações da nossa população, muito embora, por vezes, sejam desapontados por decisões dissonantes, que partem da esfera federal e que jogam por terra nossas pretensões.

No que se refere ao setor agrícola, sobre o qual desejo manifestar-me nesta ocasião, temos verificado durante o período da atual gestão, um esforço desenfreado destinado a fazer ressurgir o Paraná como grande potência agrícola no contexto nacional, tendo este setor, no ano de 1983, contrubuído com 14% do produto interno, e esperando-se para 1984 uma contribuição maior, apesar das vicissitudes climáticas que vêm assolando e prejudicando nossas lavouras.

Através de numerosos programas como o de assentamento da população rural, o de desenvolvimento da tração animal e a adoção de uma nova política fundiária, vem a Secretaria de Estado da Agricultura caracterizando sua preocupação com relação a assuntos extremamente graves e atuais como êxodo rural e o problema de gradual mecanização das lavouras, e procurando abrandar ou solucionar esta conjuntura no Paraná com a apresentação de novas diretrizes que estimulem a um aumento da produtividade por parte do agricultor.

Dentro deste panorama, surge um programa que desde o início recebeu, não só o nosso, mas o apoio de todos quantos se preocupavam com o destino das atividades agrícolas.

Modesto pelos poucos recursos de que precisa dispor, mas grandioso sob o ângulo das benéficas consequências sócio-econômicas, o "Programa de Manejo Integrado dos Solos" visa, primordialmente, a reconstituição do solo, vítima de depredação por parte da sua vegetação original para a ampliação irracional de áreas agrícolas. Estado tradicionalmente agrícola, mas extremamente castigado pela erosão, herança deixada pelos primeiros ocupantes da terra, ávido de lucros imediatos e destituído de uma visão conservacionista, o Paraná começa a modificar este visual característico e extremamente deficitário sob o mesmo ponto de vista de áreas cultiváveis.

Destinado a com a ajuda dos próprios proprietários rurais desenvolver técnicas adaptáveis a cada situação concreta, este Programa conta em seu desenvolvimento com a presença de técnicos agrícolas que alertam para a importância das medidas a adotar. O desmatamento indiscriminado, o uso excessivo e irregular de agrotóxicos e a perda da camada fértil do solo, obrigaram

a criação deste Programa que reverte os danos ecológicos provocados pela mecanização e insumos.

Foi iniciado pela Secretaria da Agricultura e ACARPA - um trabalho de recuperação das microbacias hidrográficas, com a utilização de tecnologias adequadas à conservação do solo, tais como obras de terraceamento e plantio de árvores. Deste modo, espera-se que até ao fim do atual Governo seis milhões de hectares de lavouras estejam defendidas da erosão.

No que diz respeito à atuação deste Programa na Região de Campo Mourão, ele está a pleno vapor sendo fornecidas aos agricultores, sementes de leguminosas para adubação verde e cobertura do solo, visando diminuir os custos com proteção do solo e aumentando a capacidade de retenção de água e conseqüentemente controlando a erosão. Mudanças de árvores nativas e exóticas para reflorestamento principalmente nas margens dos rios e nascentes, com o objetivo de quebra-ventos e proteção às áreas férteis, tem sido também distribuídas gratuitamente.

Além disso, os produtores irão receber aproximadamente subsídio horas/máquinas para a construção nas suas propriedades de terraços, carreadores e outras práticas conservacionistas. Benefícios de outra natureza, tais como, veículos, pessoal, equipamentos e materiais serão repassados através da ACARPA, CAFE do Paraná, IAPAR e ITC, com a finalidade de fornecer as condições necessárias à execução do Programa a nível de campo.

Os recursos aplicados pelo Programa, que correspondem a dez mil cruzeiros por hectare, retornarão aos cofres públicos já na primeira safra, através do aumento da arrecadação de impostos em decorrência do aumento da produtividade.

Só na região de Campo Mourão, segundo a informação do Engenheiro Agrônomo João Nishi de Souza, Chefe da Regional da EMATER/ACARPA, o Programa irá beneficiar um total de cento e oitenta e um agricultores, sendo que o valor dos recursos aplicados pelos produtores é de 55 milhões.

Justamente dentro desta idéia de disseminação das práticas conservacionistas, realizou-se, no Município de Mamborê, no dia 10 passado, o 2.º Encontro Estadual de Estradas Rurais em Microbacias do Estado do Paraná, evento promovido conjuntamente pelas Secretarias de Estado da Agricultura, dos Transportes, Prefeitura Municipal de Mamborê e ACARPA/EMATER. Com a presença de numerosas autoridades entre Prefeitos, seus representantes e chefes de escritórios do I.T.C., e das Secretarias da Agricultura- Claus Germer, e Deni Schwartz (Transportes) foram discutidos a construção de estradas e conservação dos seus leitos,

em respeito à política nacional do meio ambiente. Foram debatidos também, pontos relacionados à continuidade e incremento do Programa de Manejo Integrado dos Solos, que naquele Município muitos benefícios vem trazendo para a comunidade rural. Digno de registro e de aplauso, a atitude do Executivo Municipal de Mamborê, através do seu Prefeito Ivo Brunetta, que vem desenvolvendo um ótimo trabalho de conscientização da população e das lideranças locais com relação à importância da adoção de práticas conservacionistas.

Resta-nos aproveitar esta ocasião para parabenizarmos a Secretaria da Agricultura, através do Engenheiro Agrônomo Neri José Tomé, pela nova dimensão dada ao problema, e pela sensibilidade e preocupação demonstrada no trato com o meio ambiente, fator de sobrevivência e progresso econômico".

O SR. PRESIDENTE (**Trajano Bastos**) - Consulto à Liderança do PMDB se fará uso do horário que lhe é reservado.

(Deolinda).

Consulto à Liderança do PDS.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Falará o Senhor Deputado Jorge Maia Filho, por alguns minutos.

O SR. PRESIDENTE (**Trajano Bastos**) - Com a palavra o Senhor Deputado Jorge Maia Filho, por dez minutos.

O SR. JORGE MAIA FILHO - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Vimos ontem, por um dos jornais da cidade, uma declaração do Governador José Richa, de "que o brasileiro não embarca em canoa furada".

Achei, primeiramente, que a comparação do Senhor Governador, foi um tanto inconsequente, pela posição que ele ocupa.

Mas, analisando profundamente essa declaração do Senhor Governador, nós chegamos à conclusão de que ele tem razão; que o brasileiro não mais vai embarcar em canoa furada, como temos exemplos do embarque em canoas furadas por este Brasil afora; um exemplo mais local, o Estado do Paraná; temos São Paulo, temos Goiás, em que o povo brasileiro foi iludido. E está sendo iludido, por incrível que pareça, por um candidato que está tentando fazer uma peregrinação política, e não está conseguindo; está fazendo apenas uma peregrinação católica, indo em missas, indo em procissões, porque não vê ambiente para expor o seu trabalho, ou o tão cobrado plano de Governo. Podemos ver que o candidato a Governador, o jovem e intrépido, ex-Governador, candidato a Presidente, Doutor Tancredo Neves, não está conseguindo

do encontrar eco em suas peregrinações.

Vejamos porquê. Vamos fazer um relato de sua vida pública a qual respeitamos como Parlamentar há mais de cinquenta anos neste País. O que trouxe de bom para o País? Sabemos, e a história do Brasil nos conta que o Doutor Tancredo Neves, de positivo, de obras, de algo útil para o País nada trouxe. Trouxe apenas nove pronunciamentos de condolências e congratulações no Senado Federal; trouxe apenas dois Projetos sem menor importância na Câmara Federal. Assumiu o Governo de Minas com sessenta e dois pontos de popularidade, e após um ano de Governo o renunciou com apenas um ponto de popularidade.

E, hoje, vem o Doutor Tancredo Neves, a dizer por esse Brasil afora, que está fazendo um plano de Governo para apresentar à Nação. E eu pergunto aos Senhores Deputados, como que o Doutor Tancredo Neves, o jovem e intrépido candidato a presidente do PMDB, que se diz o redentor desta Pátria, como poderá ele fazer um plano de governo se junto com ele, de um lado estão os comunistas radicais, e de outro lado os extremistas da direita radical?

Como pode o Doutor Tancredo Neves falar em reforma agrária, se o seu vice-candidato a Presidência é um dos maiores latifundiários que este País conhece, o Senhor José Sarney? Como pode o jovem e intrépido Tancredo Neves falar em baixar os juros para o povo brasileiro, se todos os Banqueiros do País o apoiam? Como pode o Senhor Tancredo Neves falar em salvar o País se os donos da sua candidatura, se os homens que não governar este País, não mais é o valoroso PMDB, que sempre lutou pela mudança, não mais é o PMDB que eu respeito pelas suas posições, mas sim, quem irá governar com o Doutor Tancredo Neves são justamente aqueles homens que há vinte anos desfrutaram dos privilégios da Nação; são os homens que há vinte anos defendem os seus interesses pessoais. E tanto é verdade, são os homens que implantaram, neste País, a Revolução de 1964; tanto é verdade que o candidato a Vice-Presidente, José Sarney cabrestiou o PDS durante vinte anos, levando para onde o Governo queria e bem entendia, inclusive sacrificando as eleições diretas neste País. E hoje vem ele como o salvador da Pátria, sendo candidato a Vice-Presidente. E tanto é prova que o Senhor Tancredo Neves está inteiramente ligado com este pessoal da Revolução de 64, que hoje nós já vemos pela imprensa oficial, o Senhor Tancredo Neves defendendo a Revolução de 1964, indo contra todos os princípios que o PMDB lançava ou lutava, e luta por ele.

Como pode o nosso País embarcar nessa canoa furada? O Senhor Governador José Ri-

cha tinha razão ao dar essa entrevista. O que nós vemos hoje, em nosso País, não é nada mais, nada menos do que uma campanha nacional dos maiores órgãos de imprensa de divulgação deste País, não favoráveis a Tancredo Neves, mas, sim, contrários a Paulo Salim Maluf.

Conseguiram colocar e imbutir na cabeça do povo, justamente o contrário do que o Deputado Antônio Annibelli está dizendo que o ex-Governador Paulo Maluf é um homem corrupto.

Isso, Senhores Deputados, isso nós temos que ver que são coisas passadas, coisas superadas, porque o Senhor Governador do Estado de São Paulo, do PMDB, fez uma devassa, inclusive na vida particular do então Deputado Paulo Maluf, e nada pode provar. Isso nós repudiamos como também repudiamos as notas em todas os jornais do Estado do Rio de Janeiro, de domingo, chamando o Senhor Tancredo Neves de corrupto, que havia recebido em 1964, comissões do Instituto de Resseguro do País, do Brasil. Nós também somos contra. Nós temos é que ver na realidade a capacidade de cada um; o que propõe o Senhor Paulo Maluf, que tem um plano de governo, e o que propõe o Senhor Tancredo Neves, que não pode dar um plano de governo.

Concedo o aparte ao nobre Deputado Mário Pereira.

O Sr. Mário Pereira- Nobre Deputado, Jorge Maia. Desses vinte anos de Revolução, o modelo autoritário fez com que todos nós ficássemos contaminados. Hoje, que o PMDB assumiu o governo, em vários Estados, nobre Deputado, nós vemos que é necessário um policiamento constante nas atitudes dos governos do PMDB, para que, igualmente, a este regime implantado há vinte anos, não seja autoritário na sua ação.

O PT o Partido ...

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos)- A Mesa comunica ao orador que se encontra na Tribuna, que seu tempo está esgotado.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira- Sua Excelência, pode continuar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos)- Excelência está com a palavra, por mais vinte minutos.

O Sr. Mário Pereira- O PT, nobre Deputado, que não tem governo de Estado algum, tem a Prefeitura de Diadema, do Estado de São Paulo.

E o PT por não ter governo de Estado algum, quer parecer o que mais combate o autoritarismo, dizendo ele agora, também do PMDB.

Mas, a sua única Prefeitura de Diadema enviou uma mensagem de 80% do INPC para aumento do funcionalismo, o seu diretório reagiu contra e acabou saindo pancadaria, indo para o Pronto Socorro, a Presidente do diretório Municipal do PT daquela cidade.

Portanto, o autoritarismo também está no PT. E a grande verdade, Senhor Deputado, é que esse exemplo de autoritarismo, de vinte anos, impregnou a todos nós. Foi uma geração criada sob esse regime, e que é preciso reeducar-se, para poder praticar a democracia.

O candidato de vosso partido à Presidência da República, se é, ou não é o que dizem, corrupto, não cabe a mim, provar, que não sou Deputado do Estado de São Paulo, não sou Deputado Federal, e não tenho documentos comprobatórios, acompanho, pela imprensa, mas há Vossa Excelência de convir comigo, de que, a imagem do Senhor Deputado Paulo Maluf é a imagem da corrupção! Ele, hoje, com razão, ou sem razão, a imprensa "pintou" o Senhor Paulo Maluf, como o símbolo da corrupção! Ora, Nobre Deputado Jorge Maia, se nós vemos o PT de Diadema, impregnado do autoritarismo, e com esse regime que não foi só autoritário, mas que teve uma série de escândalos tornados públicos, o que será da nossa geração, dos nossos filhos, dos nossos pequenos filhos, viver num País cuja Presidência é o símbolo maior da corrupção, na política brasileira?

Eu até faço um apelo a Vossa Excelência - para que Vossa Excelência ajude a Nação Brasileira a não ter, no seu mais alto posto, aquele que simboliza a corrupção no Brasil!

O SR. JORGE MAIA - Eu quero dizer a Vossa Excelência, nobre Deputado, que, quem está fazendo esse simbolismo é justamente o PMDB que por todos os cantos do País e em todas as oportunidades apenas dizem que o Senhor Paulo Maluf é corrupto, mas não conseguiram provar nada. Então, se o problema do País é reeducar-se - na teoria de Vossa Excelência - Vossa Excelência deveria ser o primeiro a dizer que, apenas existe a imagem do Senhor Paulo Maluf, como corrupto, mas que nada disso é provado. E Vossa Excelência ainda não se propôs a isso. Eu espero que Vossa Excelência se proponha porque desde o primeiro momento em que chamaram, não eu, mas a imprensa do Rio de Janeiro, que chamaram o Doutor Tancredo Neves de corrupto, que recebia comissões, eu, como Deputado do PDS, venho aqui, de público, dizer que não acredito porque nada foi provado. E a Revolução esteve aí para provar como está o Governo de São Paulo, tentando provar que Paulo Maluf é corrupto e nada conseguiram provar, até

hoje!

Eu acho interessante Vossa Excelência vir falar em autoritarismo, Vossa Excelência vir agora, criticar o PT sendo que o PT até há poucos meses atrás, fazia parte das Oposições. Maiores autoritarismos estão sendo demonstrados como o foi agora, no comício do Pará, onde a polícia democrática do Senhor Jader Barbalho espancou os manifestantes de um partido não regulamentado do País, e que até agora serviu para apoio do Doutor Tancredo Neves; onde a polícia do PMDB do Pará prendeu dois Vereadores do PMDB! Isto sim, é autoritarismo, isto sim é autoritarismo e é quando os Senhores não podem falar em democracia! Estamos vendo, por todos os cantos do País, as manifestações preparadas contra o candidato Paulo Maluf em todas as suas chegadas democráticas, nos Estados.

Eu acho que para Vossa Excelência falar em reeducação deveria então a Oposição expor os seus planos de Governo, expor as qualidades do seu candidato e nunca vir denegrir a imagem do homem que governou o maior Estado do País, do homem que é o Deputado Federal mais votado na História deste País. É uma campanha sórdida que o PMDB tem feito contra a honra, contra a pessoa, contra a família do Deputado Paulo Maluf. Mas, a história irá dizer, nobre Deputado, a História irá contar, daqui a anos, para nós - este homem sobre quem o PMDB incentiva o arremesso de ovos e tomates.

Eu tenho certeza que a Nação brasileira irá carregar nos braços, em agradecimento pelo que ele irá fazer a esta Nação!

O Sr. Tadeu França - Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Jorge Maia, nós agradecemos a sua preocupação em levantar a assertiva justa de que Tancredo Neves não é corrupto. Entretanto, quando nós vemos a coincidência das recepções dadas ao Candidato Paulo Maluf, se nós formos vasculhar o passado, vamos verificar que essas coincidências fazem parte de um esquema bem tramado, de um esquema urdido, de forma alguma e nós já enfatizamos isso, não é da autoria do PMDB, pelo contrário, é propositalmente aliciada pelos mesmos agenciadores da Freguesia do Ó, que tem o intuito em apostar em circunstâncias que venham comprometer a rota democrática deste País.

Não é o PMDB que está criando um símbolo de corrupção. O Deputado Mário Pereira, fazendo alusão ao Candidato Paulo Maluf, afirmou que a própria imprensa e, apenas para lembrar, no dia 19 de setembro a Revista "Veja" apresentava alguns dados, algumas denúncias e cabe à assessoria do Deputado Paulo Maluf, refutá-las, algumas delas de que para construir um reservató-

rio em Itaipicirica da Serra, uma obra orçada em 25 milhões, foram entregues ao Senhor Nagib Maluf, primo do Senhor Paulo Maluf, na época, em 80, nada menos do que 2 milhões de cruzeiros.

São fatos que estão sendo apresentados pela imprensa e não pelo PMDB. Foi relatado pelo empresário Almeida Prado e nós já anunciamos aqui, que para receber em dia as duas faturas, ele teve que exibir e o fez com cópias de cheques, teve que pagar 3% de comissões sobre o total das obras realizadas, para poder receber em dia as suas faturas.

Então, situações como estas, nós deixamos bem claro, estão sendo veiculadas pela imprensa nacional e a exemplo do que estou dizendo, são fatos retratados da Revista "Veja", de 19 de setembro último. Portanto, não cabe a nós, do PMDB, a acusação de que estamos sendo autores da criação do símbolo de corrupção, aureolado como está sendo, não por nós, mas pela opinião pública que está apenas acompanhando os informes da imprensa.

O SR. JORGE MAIA FILHO - Eu tenho a impressão, Deputado Tadeu França, que Vossas Excelências denunciam, isto tudo que a imprensa publica, isso tudo já tentaram provar pela Justiça, e foram até o Supremo Tribunal Federal e não conseguiram. Vossa Excelência vem falar em freguesia do Ó? Porque Vossa Excelência não mostra e a imprensa não mostra agora aquelas fotografias de jornais que foi símbolo de campanha em que aparece a polícia hodienda do Senhor Antônio Carlos Magalhães, agredindo o Presidente do PMDB, Ulisses Guimarães?

Isso tudo não é autoritarismo. Isso tudo a imprensa não publica. Ela apenas publica o que foi provado pelo Deputado Paulo Maluf nas barras da Justiça, de que tudo era inverdade e que apenas tentavam denegrir a imagem.

Concedo o aparte ao Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira - Meus cumprimentos, Deputado Jorge Maia, Vice-Líder da nossa Bancada, pelo pronunciamento que faz nesta tarde, e Vossa Excelência discorre com conhecimento de causa, a respeito da situação política nacional.

Aparteado pelos governistas de hoje, Vossa Excelência faz referência aos processos de corrupção que são praticamente a tônica dos jornais e das matérias publicadas pela imprensa escrita e falada do País.

Pois bem. Vamos rememorar as notícias: "O Jornal do Brasil" de domingo, noticia uma grande corrupção do Senhor Tancredo Neves. Denuncia que o Senhor Tancredo Neves, em 61, ao lado do Senhor Doutel de

Andrade, então Líder do PTB na Câmara Federal, praticava atos extremamente lesivos à economia nacional, pois que, recebia comissões de seguros da Loyd e depositava essas quantias ilegalmente, irregularmente em bancos da Suíça e do estrangeiro.

Notícia de Jornal contra notícia de Jornal do Deputado Tadeu França. Notícia de Jornal de que o Senhor Paulo Maluf teria recebido comissão. Notícia de que o Senhor Tancredo Neves é corrupto! Por um jornal da respeitabilidade do "Jornal do Brasil".

Entretanto, nem Vossa Excelência nem eu, queremos, levianamente, dizer que o Senhor Tancredo Neves é corrupto, apenas porque o "Jornal do Brasil"rememorando denúncias feitas por um cidadão chamado Hélio Fernandes, cujo filho - Vereador - é um dos denunciante do Senhor Paulo Maluf, hoje. O Senhor Hélio Fernandes, na "Tribuna de Imprensa", fazia cerrada campanha contra o Senhor Tancredo Neves. Pois bem, das denúncias nacionais passamos para as denúncias estaduais e aí o PMDB é arteiro, nobre Deputado. Porque ao invés de falar das denúncias da sua própria casa, o PMDB procura as denúncias das casas dos vizinhos.

Mas já que eles querem falar em denúncias de corrupção em outros Estados, eu quero comunicar a Vossa Excelência e à Casa, que estou recebendo uma correspondência da Liderança do nosso Partido do PDS, do Estado do Espírito Santo, assinado pelo Eminente Deputado João Feurroza, que comunica o recebimento de uma cópia da ação popular que nós ingressamos na Justiça Estadual para ressarcir aos cofres estaduais das quantias indevidamente pagas a mais - o escândalo dos dólares - que hoje, já em torno de 6 bilhões de cruzeiros. Que o Senhor José Richa e o Senhor Erasmo Garanhão subtraíram dos cofres públicos estaduais. Pois bem, diz o Deputado Feurroza:

"Gostaria de reiterar nossa admiração pelo espírito combativo da Bancada do PDS do Paraná. Parece que as atividades no Espírito Santo têm encaminhamento similar as do Paraná. A esteira de arbitrariedades e ilegalidades é imensa, e incursões pelo negro e tortuoso poscrito caminho dos escândalos e dissídias, se manifestam dia a dia. Em anexo, um mero sinal do cotidiano triste, capichaba, notícia veiculada no "Jornal do Brasil", de quatro de dez de 1984, parte financeira".

O que nos diz o "Jornal do Brasil":

"Espírito Santo estuda acusação contra o Presidente do Banco do Estado do Espírito Santo".

As denúncias de corrupção, de clientelismo, de uso indevido da máquina oficial, de parentelismo, estão em todos os Estados dirigidos pelo PMDB. Aqui no Paraná,

inventaram até de novo para justificar o "Slogan"- que era preciso mudar, inventaram até a "novilíngua" que nos fala George Orweel no seu sensacional romance "1984".

Corrupção agora no Paraná, nobre Deputado, não é mais corrupção, é inadequação administrativa. Inadequação administrativa no Porto de Paranaguá, inadequação administrativa na Banestado Corretora, inadequação administrativa no IPE, inadequação administrativa na Banestado Reflorestadora, inadequação administrativa na Emopar, inadequação administrativa na Fundepar. E agora, nobre Deputado, nova estrutura de pessoal, política salarial no Estado do Paraná é criar 216 cargos para apaniguados políticos do Senhor José Richa e do Senhor Euclides Scalco, e denunciado este fato pelo 2.º Vice-Presidente da Câmara Federal, Deputado Guimarães, que disse que o jovem Álvaro Dias, aquele homem do Cartório de Londrina, que conseguiu um Cartório em Londrina ganhando trinta milhões de cruzeiros por mês!

Que o Senador Álvaro Dias está agora virando corretor de empregos no Palácio Iguazu! Talvez queira ser Governador, segundo diz um jovem amigo do Senador, para que ele não precise mais "virar"corretor, para que ele mesmo possa nomear os seus apaniguados políticos.

É este o clima que nós estamos verificando em todo o País; denúncias de corrupção contra os homens que hoje se intitulam os representantes da Frente Liberal. Denúncia de incapacidade, de incúria administrativa, de todos os Governos.

Por isso, Vossa Excelência faz bem quando diz que a solução dos problemas nacionais não passa evidentemente, pela incompetência e pela corrupção peemedebista.

O SR.JORGE MAIA FILHO - Muito obrigado, nobre Deputado. Vossa Excelência veio apenas dar um complemento, um tempero. a mais no caldo do que nós estávamos falando. E eu dizia, Senhores Deputados, porque que a imprensa também não publica quando o jovem e intrépido Tancredo Neves era Primeiro Ministro do nosso País, foi feito um plebiscito e 95% disse "Não" à permanência do Senhor Tancredo Neves naquele cargo.

Eu queria, Senhores Deputados, terminar o meu pronunciamento como comecei, pelas palavras do Governador José Richa que o País "Não vai embarcar em canoa furada". E nós temos a prova disso, enquanto o Deputado Federal Paulo Maluf vem expor o seu plano de governo, o Senhor Tancredo Neves, ocupa os mesmos espaços para apresentar a Roberta Close como símbolo feminino deste País, na inauguração do seu comitê no Rio de Janeiro.

Enquanto o Deputado Paulo Maluf vem expor o seu plano de Governo, o Senhor in-

trépido Tancredo Neves vem apresentar o Senhor Ney Mato Grosso como símbolo da virilidade masculina do nosso País.

Nós não podemos entrar em "canoa furada" e o País não vai entrar. Porque enquanto Tancredo Neves exhibe esses elementos para a sociedade, nós exibiremos com a cabeça erguida um plano de governo para recuperar o nosso País.

Muito obrigado Senhor Presidente e muito obrigado Senhores Deputados. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA:

Com a presença de 58 Senhores Deputados.

Sobre a Mesa, Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução n.º 01/83, que dá nova redação ao Art. 73, do Regimento Interno, e determina outras providências. (DA TRIBUNA LIVRE). **Aprova-**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 01/83 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º - O artigo 73, do Regimento Interno, mantido o Parágrafo Único que lhe foi acrescido pela Resolução n.º 21/68, de 30 de setembro de 1968, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 73 - As Sessões Ordinárias terão início às 14,30 horas, e durarão, no máximo, de 04:30 horas".

Art. 2.º - A duração do expediente das Sessões Ordinárias será de 02:30 horas, assim distribuídas:

a) 30 (trinta) minutos para discussão e votação da Ata de Sessão anterior e leitura dos expedientes, que se acharem sobre a mesa;

b) 30 (trinta) minutos, no máximo, destinados aos oradores inscritos ou, na falta destes, aos que solicitarem a palavra para versar assuntos de livre escolha, não podendo cada orador exceder o prazo improrrogável de 5 (cinco) minutos, proi-

bido apartes;

c) 90 (noventa) minutos, improrrogáveis, destinados às lideranças de bancadas e oradores inscritos ou, na falta destes a Deputados, que solicitarem a palavra para versar de assunto de livre escolha.

I - Os 30 (trinta) minutos iniciais serão ocupados segundo a ordem cronológica de inscrição ou de pedido para uso da palavra, para versar de assunto livre escolha, permitido apartes;

II - Os 60 (sessenta) minutos finais, divididos eqüitativamente, serão atribuídos aos líderes, cabendo uso inicial da palavra àquele que pertencer à bancada do orador antecedente;

III - Aos líderes de bancadas é facultado delegar a liderados seus o uso da palavra;

IV - Ausente o líder, competirá ao mais idoso dos vice-líderes presentes, o uso da palavra uma indicação de membros da respectiva bancada para fazê-lo;

V - À falta dos líderes e vice-líderes, ao mais idoso dos integrantes de cada bancada fica transferida a competência de que tratam os incisos anteriores.

Art. 3.º - Fica criada a Tribuna Livre que será realizada em sessão extraordinária, na sexta-feira, com duração de 30 (trinta) minutos, prorrogáveis por 15 (quinze) minutos, a critério da Mesa.

§ 1.º - Ocupará a Tribuna Livre, criada por este artigo qualquer entidade ou organização de classe, a nível de Estado do Paraná, inclusive partidos políticos legalmente constituídos sem representação parlamentar.

§ 2.º - As entidades a que se refere o parágrafo anterior para participarem da Tribuna Livre, deverão estar autorizados por suas respectivas Assembléias gerais, legalmente, convocadas para este fim, bem como, para escolher o assunto que deverá ser trazido ao Plenário da Assembléia Legislativa.

§ 3.º - Para efetivarem, em livro próprio, suas participações, deverão encaminhar à Mesa, a Ata da Assembléia Geral que autorizou a participação, bem como o tema a ser abordado.

§ 4.º - Com a apresentação da Ata dos pretendentes à Tribuna Livre, a Mesa encaminhará para uma única discussão do Plenário, que votará ou não a sua inclusão na pauta.

§ 5.º - Em se tratando de partido político, para inscrição na Tribuna Livre, é obrigatória a autorização prévia do respectivo Diretório Regional.

§ 6.º - As notas taquigráficas da sessão extraordinária destinadas à Tribuna Livre deverão ser encaminhadas, de acordo com o Regimento Interno, pela Mesa, à Comissão competente para o necessário exame.

Art. 4.º - Fica revogada a Resolução

n.º 01/80, de 19 de maio de 1980.

Art.5.º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Sala das Comissões, em 10 de outubro de 1984.

(aa) ACIR MEZZADRI
Presidente
HOMERO OGUIDO
Relator.

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução n.º 09/83, (ex-Proposição n.º 06/83), que aprova o Termo de Cooperação Técnica e Financeira celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de Borrazópolis. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 09/83
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art.1.º - Fica aprovado o Termo de Cooperação Técnica e Financeira celebrado em 20 de outubro de 1982, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de Borrazópolis, objetivando a execução do Programa Especial Para Melhoramento de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras - "PROSAFRAS", no exercício de 1982.

Art.2.º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Sala das Comissões, em 10 de outubro de 1984.

(aa) ACIR MEZZADRI
Presidente
HOMERO OGUIDO
Relator.

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução n.º 50/83, (ex-Proposição n.º 49/83), que aprova os Termos de Cooperação e Compromisso de n.ºs 8 a 14, celebrados em 08.03.83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios que especifica, objetivando construção de terminais rodoviários nos referidos Municípios. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 50/83
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art.1.º - Ficam aprovados os Termos de Cooperação e Compromisso, n.ºs 8 a 14, celebrados em 08 de março de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e, respectivamente,

os Municípios de Santa Fé, Presidente Castelo Branco, Doutor Camargo, Ourizona, Santa Helena, Floresta e Quedas do Iguaçu, objetivando a construção de terminais rodoviários nos referidos Municípios.

Art.2.º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Sala das Comissões, em 10 de outubro de 1984.

(aa) ACIR MEZZADRI
Presidente
HOMERO OGUIDO
Relator.

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução n.º 84/84, (Mensagem n.º 31/84), que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira celebrado em 05.06.84, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o Município de São João do Caiuá, objetivando adoção de ação conjunta com vistas à execução do "PROSAFRAS/83". **Aprovado. (Publicado no D.A. n.º 88, de 17.09.84).**

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução n.º 85/84, (Mensagem n.º 49/84), que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira celebrados em 10.08.83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios que especifica, objetivando execução de obras públicas em conformidade com "PRODOPAR". **Aprovado. (Publicado no D.A. n.º 88, de 17.09.84).**

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução n.º 86/84, (Mensagem n.º 51/84), que aprova Convênios celebrados entre o Governo do Estado em 05.01.84, através da Secretaria do Planejamento, com interveniência da SUDESUL e os Municípios que especifica, objetivando execução de obras de controle sanitário. **Aprovado. (Publicado no D.A. n.º 88, de 17.09.84).**

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução n.º 87/84, (Mensagem n.º 33/84, que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios de Amaporã em 13.10.83, e Sapopema, em 08.07.83, objetivando execução de obras para recuperação ou construção de pontes. **Aprovado. (Publicado no D.A. n.º 88 de 17.09.84).**

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução n.º 88/84, (Mensagem n.º 46/84), que aprova Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios que especifica, objetivando execução de obras para recuperação de estradas. **Aprovado. (Publicado no D.A. n.º 88, de 17.09.84).**

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução n.º 89/84, (Mensagem n.º 124/83), que revigora e retifica Termos Aditivos a Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e os Municípios que especifica, visando execução de obras convencionadas. **Aprovado. (Publicado no D.A. n.º 88, de 17.09.84).**

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução n.º 90/84, (Mensagem n.º 29/84), que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira n.º 284/84, celebrado em 08.07.83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o Município de Santa Helena objetivando execução de obras para recuperação ou construção de pontes. **Aprovado. (Publicado no D.A. n.º 88, de 17.09.84.)**

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução n.º 91/84, (Mensagem n.º 32/84), que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira 79/83, celebrado em 09.05.83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o Município de Enéas Marques, objetivando adoção de ação conjunta com vistas à execução do "PROSAFRAS/83". **Aprovado. (Publicado no D.A. n.º 88, de 17.09.84).**

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução n.º 93/84, (Mensagem n.º 132/84), que aprova Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados em 08.07.83, entre o Governo do Estado, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios que especifica objetivando execução de obras para recuperação ou construção de pontes. **Aprovado. (Publicado no D.A. n.º 88, de 17.09.84).**

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução n.º 105/84, (Mensagem n.º 99/84), que aprova Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e Municípios adiante relacionados, objetivando execução de obras para recuperação de estradas. **Aprovado. (Publicado no D.A. n.º 88, de 17.09.84).**

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução n.º 112/84, (Mensagem n.º 96/84), que aprova Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios que especifica, objetivando melhorias das condições operacionais nos aeroportos daqueles Municípios. **Aprovado. (Publicado no D.A. n.º 88, de 17.09.84).**

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução n.º 114/84, (Mensagem n.º 97/84), que aprova Termos de Cooperação Técnica e Fi-

nanceira celebrados entre o Governo do Estado em 08.12.83, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios que especifica, objetivando execução de obras para recuperação de estradas. **Aprovado. (Publicado no D.A. n.º 88, de 17.09.84).**

3.^a **DISCUSSÃO** - Do Projeto de Lei n.º 90/84, de autoria do Deputado ANTÔNIO ANIBELLI, que assegura tratamento hospitalar gratuito a integrantes da Polícia Civil, feridos em serviço conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.S.P., por unanimidade. **Aprovado.**

3.^a **DISCUSSÃO** - Do Projeto de Lei n.º 111/84, de autoria do Deputado SÉRGIO SPADA, que dispõe sobre o exercício da profissão de Sociólogo na Administração Direta e Indireta do Estado na forma que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL e SUBSTITUTIVO GERAL da C.C.J., por unanimidade. Com PARECER FAVORÁVEL da C.R.H., ao SUBSTITUTIVO GERAL da C.C.J., por unanimidade. Em votação o Substitutivo Geral da C.C.J.- **Aprovado o Substitutivo Geral.**

3.^a **DISCUSSÃO** - Do Projeto de Lei n.º 114/84, de autoria do Deputado TRAJANO BASTOS, que declara de utilidade pública o "SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE PALMITAL", com sede e foro no Município de Palmital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

3.^a **DISCUSSÃO** - Do Projeto de Lei n.º 118/84, de autoria do Deputado ANTÔNIO ANIBELLI, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO E OFICINAS DE CARIDADE SANTA RITA DE CÁSSIA", com sede e foro no Município de Cascavel. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

3.^a **DISCUSSÃO** - Do Projeto de Lei n.º 119/84, de autoria do Deputado BASÍLIO ZANUSSI, que declara de utilidade pública a "SOCIEDADE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL SAMARITANOS E DORCAS", da Igreja do Cristo Jesus, com sede no Município de Ourizona. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

3.^a **DISCUSSÃO** - Do Projeto de Lei n.º 126/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 107/84), que objetiva dar nova redação ao artigo 1.º, da Lei n.º 5.406, de 05.10.66, conforme especifica. (AUTORIZA O PODER EXECUTIVO FAZER DOAÇÕES QUE ESPECIFICA AOS MUNICÍPIOS E ENTIDADES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DESDE QUE CONSIDERADOS, PELOS ÓRGÃOS COMPETENTES, INSERVÍVEIS OU DESNECESSÁRIOS AO SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL). Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 131/84, de autoria do Deputado FRANCISCO ESCORSIN, que declara de utilidade pública a "SOCIEDADE BENEFICENTE HOSPITALAR DE IBIPORÃ", com sede e foro no Município de Ibiaporã. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 132/84, de autoria do Deputado OSVALDO ALENCAR FURTADO, que institui o Conselho Estadual de Defesa do Ambiente e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.E., por unanimidade. **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 139/84, de autoria do Deputado SÉRGIO SPADA, que declara de utilidade pública, a "ASSOCIAÇÃO DE GUIAS DE TURISMO DO BRASIL - SEÇÃO PARANÁ", com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 140/84, de autoria do Deputado ADHAIL SPRENGER PASSOS, que concede o título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Gen. Iberê de Mattos, conforme específica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 143/84, de autoria do Deputado QUIÊLSE CRISÓSTOMO DA SILVA, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE RECUPERAÇÃO DOS ALCOÓLATRAS", com sede e foro no Município de Tapejara. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO -- Do Projeto de Lei n.º 144/84, de autoria do Deputado ODENI MONGRUEL, que declara de utilidade pública o "SINDICATO DE HOTÉIS E SIMILARES DE CURITIBA", com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 148/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 120/84), que dispõe sobre a composição do Conselho Diretor do Fundo Penitenciário do Estado na forma que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 189/84, de autoria do Deputado TADEU FRANÇA, que institui o dia 05 de novembro de cada ano, como sendo o dia do Escrivão de Polícia do Estado do Paraná, conforme específica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei Comple-

mentar n.º 160/84, de autoria do Deputado CAÍTO QUINTANA, que dá nova redação ao Artigo 73, da Lei Complementar n.º 2, de 18 de junho de 1973, Lei Orgânica dos Municípios, conforme específica. (SUBSÍDIO DO PREFEITO). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado por unanimidade.**

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 196/84, de autoria do Deputado MÁRCIO ALMEIDA, que declara de utilidade pública o "INSTITUTO LONDRINENSE DE INSTRUÇÃO E TRABALHO PARA CEGOS", com sede e foro na cidade de Londrina. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 226/84, de autoria do Deputado PÉRICLES PACHECO DA SILVA, que declara de utilidade pública a "FUNDAÇÃO CULTURAL, CIENTÍFICA E EDUCACIONAL GUARDA MIRIM DE TELÊMACO BORBA", com sede e foro na cidade de Telêmaco Borba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.**

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 86/83, de autoria do Deputado PAULO FURIATTI, que estabelece Código de uso do solo agrícola para o Estado do Paraná e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL e EMENDAS da C.C.J., por maioria. Com PARECER FAVORÁVEL da C.F., ao Projeto por unanimidade. Com PARECERES FAVORÁVEIS das C.A.; C.T.I.C. e C.E.M.A., ao Projeto e EMENDAS n.ºs 1 e 2 da C.C.J., e CONTRÁRIOS às Emendas n.ºs 3 e 4 da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Em votação o projeto, ressalvado as emendas. **Aprovado, artigo por artigo.**

Em votação a Emenda de n.º 01 da C.C.J., com parecer favorável.

O SR. MÁRIO PEREIRA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, solicitaria que fossem lidas as Emendas.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa atende e solicita ao Senhor 1.º Secretário que proceda à leitura da emenda.

(É lida a Emenda n.º 01).

Está em votação a Emenda de n.º 1 que acaba de ser lida. **Aprovada.**

Em votação a Emenda de n.º 02, cujo teor solicito ao Senhor 1.º Secretário que proceda à leitura.

(É lida a Emenda n.º 02).

Está em votação a Emenda n.º 02 que acaba de ser lida. **Aprovada.**

Em votação a Emenda de n.º 03, com parecer contrário da C.C.J., cujo teor é o seguinte: Artigo 6.º letra H disciplinar a

utilização de qualquer produto que possa prejudicar as características químicas, físicas ou biológicas do solo agrícola, obedecendo o que preceitua a legislação federal própria.

Como esta emenda tem parecer contrário, a Mesa colocará em votação de forma inversa. - Rejeitada a Emenda.

Em votação a emenda de n.º, com parecer contrário da CCJ, que tem o seguinte teor. Artigo 8.º - O Poder Público Estadual ou Municipal deverá promover a recuperação das áreas em processo de desertificação e degradação sem desapropriá-las.

§ 1.º - O Poder Público deverá determinar ao proprietário a execução dos serviços necessários.

§ 2.º - As áreas onde este tratamento não for efetivado serão oneradas das despesas decorrentes da recuperação pelo Poder Público ficando o proprietário obrigado a ressarcí-las num prazo de até dez anos.

Emenda com parecer contrário, será colocada em votação de forma inversa.- Rejeitada.

2.º DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 233/84, (Mensagem n.º 182/84), de autoria do Poder Executivo, que objetiva autorizar o Poder Executivo doar ao Município de Guarapuava, uma área de terreno situada na zona sul da sede do referido Município, medindo 83.231,57 m², de propriedade do Estado, conforme parte de transcrição n.º de ordem 24.274, do Livro 3-P, Fls. 103, do Cartório do 2.º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Guarapuava. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.- EM REGIME DE URGÊNCIA.- Aprovado, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n.º 115/84, (Mensagem n.º 128/84 - ex-Proposição n.º 131/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira, celebrado em 08.12.83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o Município de Umuarama, objetivando execução de obras para recuperação de estradas.- Aprovado, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n.º 116/84, (Mensagem n.º 138/84 - ex-Proposição n.º 141/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o Município de Engenheiro Beltrão, objetivando construção do Terminal Rodoviário de Passageiros na sede do referido município. - Aprovado, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n.º 117/84, (Mensagem n.º 112/84 - ex-Proposição n.º 123/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria dos Transportes e o Município de Mariluz, objetivando execução de obras para recuperação de estradas.- Aprovado, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n.º 118/84, (Mensagem n.º 104/84 - ex-Proposição n.º 98/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira celebrado em 31.12.83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o Município de Flórida, objetivando execução de obras para recuperação de estradas.- Aprovado, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n.º 121/84, (Mensagem n.º 110/84 - ex-Proposição n.º 121/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado em 09.04.84, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e o Município de Colombo, objetivando realização da Festa da Uva, no referido Município.- Aprovado, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n.º 122/84, (Mensagem n.º 129/84 - ex-Proposição n.º 132/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termos Aditivos de Revigoração de 24.04.84 aos Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e Municípios que especifica, objetivando aplicação de recursos dos Programas adiante mencionados.- Aprovado, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n.º 123/84, (Mensagem n.º 125/84 - ex-Proposição n.º 134/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira de 08.07.83, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o Município de Santa Cecília do Pavão, objetivando execução de obras para recuperação ou construção de pontes.-Aprovado, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n.º 124/83, (Mensagem n.º 116/84 - ex-Proposição n.º 127/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira de 08.07.83, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o Município de Santa Cecília do Pavão, objetivando execução de obras para recuperação ou construção de pontes.-Aprovado, artigo por artigo.

TUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio de Cooperação Financeira, celebrado entre o Estado do Paraná, em 03.03.84, através da PARANATUR e o Município de Curitiba, através da Fundação Cultural de Curitiba, objetivando execução dos Projetos e Programas de Incentivo aos Festejos Carnavalescos de 1984, no referido município.- Aprovado, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n.º 125/84, (Mensagem n.º 105/84 - ex-Proposição n.º 114/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termos de Convênios, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e os municípios que especifica, com participação da FAMEPAR, objetivando aplicação de recursos financeiros vinculados ao "PROGRAMA DE MOBILIZAÇÃO ENERGÉTICA".- Aprovado, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n.º 126/84, (Mensagem n.º 122/84 - ex-Proposição n.º 129/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado em 21.12.83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Segurança Pública e o município de Toledo, objetivando regular a implantação dos serviços de segurança contra incêndios e a prestação de socorros públicos na área do referido Município.- Aprovado, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n.º 127/84, (Mensagem n.º 114/84 - ex-Proposição n.º 125/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termos de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados em 08.12.83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os municípios que especifica, objetivando execução de obras para recuperação de estradas.- Aprovado, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n.º 128/84, (Mensagem n.º 126/84 - ex-Proposição n.º 135/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado em 17.04.84, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e o Município de Rolândia, objetivando execução de obras em conformidade com o PRO-NOROESTE.- Aprovado, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n.º 129/84, (Mensagem n.º 141/84 - ex-Proposição n.º 139/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira celebrado em

TUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo de Convênio, celebrado em 14.06.84, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e o Município de Colorado, objetivando realização da XI FESTA DO PEÃO DE COLORADO.- Aprovado, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n.º 132/84, (Mensagem n.º 127/84 - ex-Proposição n.º 130/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o Município de Sapepema, objetivando execução de obras para recuperação ou construção de pontes.- Aprovado, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n.º 133/84, (Mensagem n.º 109/84 - ex-Proposição n.º 120/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termos Aditivos de 30.03.84, a Convênios celebrados em 20.10.83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e os municípios que especifica, objetivando aplicação de recursos financeiros da COMEC em obras públicas nos referidos municípios.- Aprovado, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n.º 134/84, (Mensagem n.º 117/84 - ex-Proposição n.º 128/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento, com participação da FAMEPAR, e os Municípios que especifica, datados de 24.04.84, objetivando aplicação de recursos financeiros vinculados ao "PROGRAMA DE MOBILIZAÇÃO ENERGÉTICA".- Aprovado, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n.º 135/84, (Mensagem n.º 133/84 - ex-Proposição n.º 133/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termos de Convênios, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e os Municípios que especifica, com participação da FAMEPAR, objetivando aplicação de recursos financeiros vinculados ao "PROGRAMA DE MOBILIZAÇÃO ENERGÉTICA".- Aprovado, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n.º 136/84, (Mensagem n.º 111/84 - ex-Proposição n.º 122/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira celebrado em

08.12.83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o Município de Ortigueira, objetivando execução de obras para recuperação ou construção de pontes.- Aprovado, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n.º 137/84, (Mensagem n.º 140/84 - ex-Proposição n.º 140/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo de Convênio celebrado em 18.06.84, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e o Município de Morretes, objetivando a realização da I Festa-Feira Agrícola e Artesanal de Morretes.- Aprovado, artigo por artigo.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Otávio Dana, ocorrido em Avaré, Estado de São Paulo.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Giuseppe Di Chiara, no Município de Londrina.-Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelos falecimentos do Sr. Manoel Nogueira e Sra. Camélia Novato Nogueira, ocorridos no km 166 da BR-276, entre o Município de Presidente Prudente e Campo Grande.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Olívia Brunhorst, ocorrido no dia 9 de outubro do corrente ano.-Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, com apoio do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Lorenir Luiz Busato, ocorrido no dia 20 de outubro do corrente ano no Município de Clevelândia.-Aprovado. - À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Odeni Mongruel, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem do 30.º aniversário de existência da Cooperativa Central de Laticínios do Paraná Ltda.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 246/84, que concede o Títu-

lo de Cidadão Honorário do Paraná ao Dr. Heráclito Fontoura Sobral Pinto.-Aprovado. - À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos, constante do expediente, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei n.º 214/84, que autoriza o Poder Executivo a doar bens apreendidos pela Secretaria das Finanças a entidades beneficentes.- Aprovado. - À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei n.º 227/84, que denomina Escola Prof. Terezinha G. Luppi, no Município de Paçandu.- Aprovado. - À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao jornalista Nilson Monteiro, da "Folha de Londrina" pela conquista do prêmio de melhor cobertura jornalística da 8.ª Bienal Internacional do Livro, realizada em São Paulo.-Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente, solicitando seja incluído na Ordem do Dia, o Projeto de Lei que concede o Título de Cidadão Honorário ao Sr. Antônio de Campos Tapajós.-Aprovado. - À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Pereira, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Administração, encarecendo a construção de muro e calçada na Escola Estadual de Palmitópolis, Distrito de Nova Aurora.-Aprovado. - À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à COAGEL - Cooperativa Agropecuária de Goioerê Ltda., pela construção de uma indústria de fiação de algodão no Município de Goioerê. Aprovado. - À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo a construção de um posto de saúde no Distrito Administrativo de Bela Vista do Piquiri, Município de Campina da Lagoa.- Aprovado. - À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretário do Interior e Diretor Presidente da SANEPAR, encarecendo a implantação da rede de água nos núcleos habitacionais II e III do Parque Morumbi, no Município de Foz do Iguaçu.- Aprovado. - À Diretoria

Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretário do Interior e Diretor Presidente da SANEPAR, encarecendo a implantação de rede de água no Bairro Porto Belo, no Município de Foz do Iguaçu.- Aprovado. - À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Presidente eleito do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal do Paraná.- Aprovado. - À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Senhora Secretária da Educação, encarecendo a expansão do ensino de segundo grau nos locais que especifica.- Aprovado.- À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando transcrição nos Anais da Casa, do artigo publicado no jornal Gazeta do Povo, sob o título "A Estréia do Ódio".- Aprovado. - À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Chefe da Casa Civil, para que o mesmo determine junto à Secretaria do Planejamento o encaminhamento de cópias dos documentos denominados "Cadastros Financeiros" de todos os projetos e atividades de cada um dos órgãos da administração direta e indireta, referente ao exercício de 1985.- Em discussão.

O SR. MÁRIO PEREIRA - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Trajano Bastos) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Donato Gulin, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Sr. Mauro Edson Alves de Souza, pela sua eleição como Presidente da Casa do Estudante Universitário Pontagrossense.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando transcrição nos Anais da Casa, do Editorial "Itaipu, Grande Obra, Grande Dívida", publicado no jornal Gazeta do Povo.- Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja prorrogado o prazo de funcionamento da Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a apurar possíveis irregularidades na repressão do Jogo do Bicho, por mais 180 dias.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 23, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n.^{os} 231/84 e 234/84.

3a. DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.^{os} 86/83, 120/84 e 233/84; e dos Projetos de Resolução n.^{os} 115, 116, 117, 118, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 132, 133, 134, 135, 136 e 137/84.

1a. DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.^{os} 50/83, 156, 161, 165, 166 e 167/84; e dos Projetos de Resolução n.^{os} 138, 139, 140, 141 e 142/84.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO OLIVEIRA, EM SESSÃO DO DIA 22.10.1984.

A VISTA DO MEU PONTO

A ESTEIRA DO ÓDIO

José Wanderley Dias.

N. do A.: CARÍSSIMO IVO ARZUA: Sendo quem é, você não precisa de qualquer defesa. Não lhe pode faltar, porém, a solidariedade dos que o conhecem e, conseqüentemente o admiram e respeitam. Um abraço do (JWD).

O ódio abastarda, denigre, perverte, corrompe.

Destrói a capacidade de optar. O desgraçado odiento é um escravo de seu próprio fel e nele se afoga.

Não pode escolher outro caminho, senão o que lhe dita o veneno do ódio, instilado em suas veias, embotando-lhe o cérebro e sufocando-lhe a consciência.

Não existe ódio entre adversários de valor. Sua luta é leal, fere-se no campo de altivez e da coragem. Respeitam-se; um protege o outro até; para ante sua imobilidade, é incapaz de golpeá-lo caído ou desarmado. Nenhum recurso à traição e à sombra maligna para atacar.

Os lutadores terçam armas, pugnam e combatem. Buscam a confirmação de que "vença o

melhor*.

O odiento, não. Ataca escondido. Arma o braço vil do mercenário, aluga o punhal do facinora. É cobra que se oculta atrás do tufo, após haver usado seus dentes na mordedura vil, quase sempre no calcanhar, porque só sabe rastejar e abocanha pela retaguarda. A falsidade é sua companheira; a perversidade e a falta de escrúpulos, as suas armas.

As assacadilhas do ódio, porém, não atingem suas vítimas, mesmo quando as ferem. Estas se põem acima do monturo, não se misturam com a lama, não são feitas da mesma gosma pútrida e do mesmo lodo que, em vez de barro edêmico, foram a matéria-prima do odiento.

O ódio é dejecto, que nem sequer se reabilita por exercer a nobre função de adubo: é secreção odienta, malcheirosa que só pode ter o destino dos esgotos, parecendo haver provindo deles aliás.

O ódio é o crepúsculo do sentimento, o jazido soturno da dignidade.

O ódio é invejoso, pequeno, mesquinho. É a repulsa que a treva tem da luz, o medo que tem a podridão da água limpa, a fobia que tem o mal pelo bem, a incompatibilidade que separa o vil do nobre.

O ódio não constrói. Por isto, tenta destruir. Sua fama é a de derrubar. Quando não o consegue, suja, mancha, tísna.

É o risco pegajoso, repelente, da lesma sobre o mármore, é a pegada nojenta do rato sobre o trigo muito branco, é o risco de sangue que o torvo vampiro deixa no colo de sua vítima inocente. Odiamos é ter uma sentina no cérebro, uma suburra no coração, a morte da alma. De um certo modo, poderíamos até dizer que os espíritos odientos se putrefazem na sua própria infâmia.

O ódio religioso, de que o fanatismo é a bandeira asquerosa, é o deicídio na sua forma inteira: mata um Deus de amor e erige, em seu lugar, o ídolo do desamor, a superstição do culto à destruição de sua obra mais perfeita, o ser humano.

O ódio político é a supressão do direito de pensar, da obrigação de opor-se, na tentativa de criar uma corte de adoradores do deus-governo, ao qual deve subir o incenso da vassalagem pela voz dos subservientes. O ódio à vida se traduz por tudo aquilo que faz o ser humano suicidar-se como criatura e como comunidade: é o genocídio, é a opressão, é a agressão, é a violência, é o aborto.

Assim como o demônio, por ser a encarnação do ódio, jamais poderá redimir-se, quem odeia entra voluntariamente no inferno de que não há saída, porque é o mergulho do abismo em seu próprio pélago, é a soma da maldição com a blasfêmia, o acréscimo da mentira à calúnia, o complemento da vila-

nia com a traição, a fusão da desumanidade com o desamor.

Ódio, matéria-prima da agressão, sustetáculo putrefato da prisão, miasma da enfermidade que mata a alma e que petrifica o coração, jacto sujo de ácido corrosivo que dissolve a consciência, negação suprema do ser humano por si mesmo.

Maldito seja o ódio para sempre, maldição que é desde o início!

**MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO
NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A
REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO
CAÍTO QUINTANA, EM SESSÃO DO DIA 22.10.84.**

ITAIPU, GRANDE OBRA, GRANDE DÍVIDA

Estamos entrando na Semana de Itaipu, a maior hidrelétrica do mundo, construída pelo esforço extraordinário de brasileiros e paraguaios, pela capacidade de mobilização do trabalho e técnica, mas a um custo social muito pesado e que ainda não foi contabilizado em todos os aspectos.

Nesta semana, no dia 25, estará sendo inaugurado oficialmente o colosso binacional, obra exaltada por uns e inquinada por outros, e que nos últimos 10 anos, paradoxalmente e como reflexo do distanciamento entre governo e povo e entre diferentes segmentos sociais no país, tem sido elogiada e amaldiçoada, segundo perspectivas estratégicas e conjunturais, continentais ou regionais, econômicas e sociais.

Para o Brasil - muito mais do que a ponte Rio-Niterói, as usinas nucleares Angra I e Angra II, ou a Rodovia Belém-Brasília - marcou e vai marcar o período de passagem de um estágio de grandes carências infra-estruturais para um de excedente em disponibilidade na luta pelo desenvolvimento.

Inicialmente, talvez, o alto custo dessa obra-monumento, tanto no que se refere às inundações e à destruição de Sete Quedas, ao deslocamento de milhares de pessoas residentes às margens do Rio Paraná, como ao desequilíbrio financeiro nacional, provocou uma tempestade de resistências e condenações justificadas. Hoje, porém, deve ser vista como um fator de progresso.

Mesmo reconhecendo a importância de Itaipu e de seu significado geo-econômico-político, não podemos deixar de recordar alguns aspectos do sacrifício imposto a nosso Estado. Como decorrência de compromissos em que não fomos parte considerada e com resultados evidentemente expropriantes de nossa condição de unidade federada.

Forçoso é reconhecer que não fomos tímidos - a sociedade paranaense - na reação às perspectivas discricionárias em que se alinhava o projeto Itaipu e na evolução do

seu programa de construções e desapropriações, nem sempre equitativas e judiciosas.

Faltou, é possível, maior determinação nos esforços para analisar da necessidade da obra e da forma como foi concebida, quando muitos pareceres pareciam chocar-se sem que o discernimento os favorecesse.

Subordinada a princípios de uma estratégia de desenvolvimento sob direcionamentos geopolíticos, instaurou-se a pressa na passagem do projeto à obra e as objeções foram sendo vencidas antes mesmo que maturassem alternativas que pudessem harmonizar os interesses nacionais e regionais, os econômicos e os sociais, os produtivos e os ambientais.

Que a lição nos sirva para que o consenso social se faça sobre programas de tão ampla e profundo espectro econômico-social.

Sobre os prejuízos do Paraná, devemos repetir que: parte de nossas mais férteis terras foram submersas, desaparecendo um campo produtivo sem similar nacional, e deslocando-se bens e produtores que ergueram ali sólida economia regional; forâneos foram atraídos pelas obras da usina, inchando a área urbana de Foz do Iguaçu e vizinhanças, sem que, agora, uma economia substitutiva possa aproveitar os remanescentes da grande movimentação trabalhista. Na sequência, o direito a 5% da energia gerada por Itaipu se transforma em dever de compra e/ou consumo. Sem contar com os investimentos, de que nosso Estado teve de

participar sem contrapartida útil ao seu progresso.

Ademais, constrói-se agora o "linhão" - a linha de alta tensão que leva energia de Paraná para São Paulo - que vai inutilizar novas áreas produtivas, ao longo dos cabos e torres de sustentação. Será perdida nova parte de nosso território à sombra dos fios.

Convém acrescentar que a Copel já está com regime de superprodução de 700 megawatts, ao qual o mercado energético recusa absorver. A esse excedente não comercial a Eletrosul pretende aumentar mais 160 megawatts/ mês, no valor de Cr\$ 24 bilhões anuais.

No contencioso entre Paraná e União, tendo por nosso litigante a Itaipu Binacional, há não só o prejuízo social e econômico e, neste, os lucros cessantes da região inundada pela represa, como também o pesado quinhão que nos coube na formação de caixa da empresa, no empenho da dívida interna e externa - com o conseqüente desvio de recursos que deveriam ser destinados por nós a obras de reprodução econômica imediata e de retorno social assegurado; e que tiveram de ser postergadas.

Sequer, conseguimos ressarcimento, nem mesmo em royalties, que reivindicamos há tanto tempo.

Não podemos compartilhar do júbilo pela inauguração das duas turbinas enquanto não for reconhecido nosso direito de parte legítima como credor nacional.